



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO
3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO

ÁREA: DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, no local indicado abaixo:

Nome: _____ Inscrição: _____

2. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.
3. A prova é composta de 20 questões objetivas de múltipla escolha + 2 questões discursivas. Cada questão discursiva deve ser respondida em no máximo 30 (trinta) linhas.
4. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este caderno com atenção, pois nenhuma reclamação sobre falhas de impressão ou questões faltantes serão aceitas após o início da prova.
5. A correta utilização do Cartão Resposta e da Folha de Redação é de inteira responsabilidade do candidato. Não serão fornecidos Cartão Resposta e/ou Folha de Redação substituto(s) ao candidato.
6. Ao preencher o Cartão Resposta, cada questão está representada pelo seu respectivo número. Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, em toda a área correspondente à alternativa de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Não serão computadas questões não respondidas (falta de marcação no Cartão Resposta), nem questões que contenham mais de uma resposta marcada, rasura ou emenda, ainda que legível.
8. Durante a prova, não será admitido nenhum tipo de consulta ou comunicação entre candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer equipamento (celular, calculadora, relógio, rádio).
9. Caso o candidato utilize-se de qualquer meio fraudulento durante a execução da prova, a critério da Comissão de Concurso, será eliminado do certame.
10. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala o Caderno de Questões, o Cartão Resposta e a Folha de Redação.
11. Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões, desde que nos últimos 30 (trinta) minutos finais, antes do término da prova.
12. O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.

PROVA OBJETIVA – DIREITO

1. Assinale a alternativa correta a respeito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus principais conceitos estruturais:

- a) A forma de Estado adotada pela Constituição é a monarquia federativa, caracterizada pela divisão de poderes e pelo federalismo.
- b) A Constituição de 1988 é considerada outorgada, pois foi imposta pelo Poder Executivo após o fim do regime militar.
- c) A ação popular pode ser ajuizada por qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público, sendo exigida a presença de advogado público.
- d) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil estão a soberania, a cidadania e o pluralismo político.
- e) A Constituição de 1988 é classificada como flexível, pois pode ser modificada por lei ordinária aprovada pelo Congresso Nacional.

2. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
- b) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
- c) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
- d) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
- e) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. Sobre os mecanismos de controle de constitucionalidade e os instrumentos constitucionais de proteção à ordem jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) não pode ser utilizada quando houver controvérsia judicial relevante, ainda que não exista outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- b) A revogação da norma questionada não impede o julgamento do mérito de ADPF, desde que haja necessidade de pacificação jurídica e definição do regime aplicável a situações passadas ou análoga.
- c) O controle de constitucionalidade exercido no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), tem eficácia limitada às partes e efeitos *ex nunc*.
- d) O mandado de injunção é cabível contra atos normativos de caráter concreto que ameacem direito fundamental em decorrência de omissão administrativa.
- e) No Brasil, vigora exclusivamente o modelo de controle abstrato de constitucionalidade, sendo vedado aos tribunais inferiores declarar a inconstitucionalidade de normas.

4. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil extracontratual do Estado é objetiva e ilimitada, sendo irrelevante a demonstração de nexo causal direto entre o comportamento estatal e o dano sofrido pela vítima.
- b) A responsabilidade objetiva do Estado abrange os danos causados por atos de terceiros, inclusive quando praticados por indivíduos foragidos do sistema prisional, independentemente da demonstração de nexo causal direto.
- c) O autor da ação indenizatória pode demandar diretamente o agente público responsável pelo dano, sendo a responsabilidade do Estado subsidiária e condicionada à demonstração de dolo ou culpa.
- d) A concessionária de serviço público não responde civilmente por roubo com uso de arma de fogo cometido contra usuário da rodovia, por se tratar de fortuito externo apto a romper o nexo causal.
- e) O Estado responde objetivamente por todo e qualquer suicídio ocorrido em estabelecimento prisional, independentemente da demonstração de falha na custódia ou de nexo causal entre a conduta estatal e o evento danoso.

5. Sobre os poderes administrativos conferidos à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O poder regulamentar permite à Administração criar direitos e obrigações por meio de decreto, com fundamento no princípio da supremacia do interesse público.
- b) O poder de polícia se exerce exclusivamente sobre bens e atividades públicas, não se aplicando às atividades de particulares.
- c) O poder disciplinar autoriza a Administração a aplicar penalidades exclusivamente a seus servidores efetivos, não alcançando contratados temporários ou concessionários.
- d) O poder hierárquico fundamenta-se na existência de relação de subordinação, sendo incompatível com os órgãos independentes entre si.
- e) O poder discricionário admite controle judicial apenas quanto ao mérito administrativo, sendo vedada a análise de legalidade dos atos praticados com base nesse poder.

6. Sobre as características dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A autoexecutoriedade permite que a Administração Pública execute diretamente seus atos, inclusive com uso de força, mesmo quando houver necessidade de decisão judicial.
- b) A presunção de legitimidade significa que os atos administrativos são sempre legais e não admitem prova em contrário.
- c) A imperatividade obriga o particular a cumprir o ato administrativo, mesmo que o conteúdo do ato seja contrário à lei.
- d) A tipicidade dos atos administrativos impõe que suas formas e finalidades estejam previamente previstas em lei.
- e) A revogação é forma de anulação de ato ilegal, com efeitos retroativos, promovida pela própria Administração.

7. Sobre os princípios estruturantes do Código de Processo Civil de 2015 e o sistema de precedentes por ele adotado, assinale a alternativa correta:

- a) O CPC/2015 adotou o sistema de precedentes com base exclusiva em súmulas vinculantes, a fim de preservar a segurança jurídica e assegurar a uniformização da jurisprudência em âmbito nacional.
- b) A técnica do *overruling* autoriza que o magistrado deixe de aplicar o precedente quando houver interpretação divergente entre os tribunais locais, mesmo sem modificação da tese firmada.
- c) A técnica do *distinguishing* permite ao julgador afastar precedente obrigatório quando a fundamentação jurídica da tese fixada divergir daquela aplicada no caso concreto.
- d) Os tribunais têm o dever de manter sua jurisprudência uniforme e coerente, sendo obrigatória a observância, por magistrados e órgãos jurisdicionais, das decisões com força vinculante estabelecidas pelo próprio ordenamento processual.
- e) O princípio da cooperação limita-se ao relacionamento entre as partes, não se aplicando às interações entre magistrado, partes e terceiros processuais.

8. À luz dos princípios constitucionais e dos fundamentos normativos do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) A previsão de prazos processuais diferenciados para entes como o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública ofende a igualdade entre as partes e deve ser interpretada como medida inconstitucional.
- b) O princípio do juiz natural consiste exclusivamente na garantia de que ninguém será processado ou sentenciado senão por autoridade previamente investida por lei.
- c) O contraditório, no processo civil contemporâneo, exige a participação das partes em todos os atos do processo, vedada qualquer manifestação judicial sem prévia oitiva.
- d) O modelo cooperativo adotado pelo CPC/2015 impõe deveres específicos ao juiz, como esclarecimento, prevenção e auxílio às partes, visando à construção dialógica do processo.
- e) O Código de Processo Civil prevê expressamente que o juiz deve observar os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, publicidade e eficiência.

9. À luz do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a estabilização da tutela provisória de urgência requerida em caráter antecedente:

- a) A decisão que concede a tutela antecipada antecedente torna-se estável apenas se não houver

qualquer tipo de impugnação pela parte contrária.

- b) A estabilização da tutela antecipada antecedente depende exclusivamente da ausência de interposição de recurso de apelação pela parte contrária.
- c) A estabilização da tutela antecipada antecedente ocorrerá se a parte contestar, mas deixar de interpor o agravo de instrumento contra a decisão concessiva.
- d) O oferecimento de contestação pela parte contrária não impede a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- e) A tutela antecipada antecedente não pode ser estabilizada quando concedida contra a Fazenda Pública, por ausência de previsão legal expressa.

10. Sobre o negócio jurídico processual no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) As convenções processuais são válidas apenas se homologadas judicialmente, pois não produzem efeitos imediatos entre as partes.
- b) O negócio jurídico processual permite que as partes estabeleçam, por acordo, normas procedimentais próprias, desde que não contrariem normas cogentes e sejam partes capazes.
- c) É vedado às partes, mesmo que plenamente capazes, convencionar sobre regras de distribuição do ônus da prova, em razão do princípio da legalidade estrita no processo civil.
- d) A validade das convenções processuais está condicionada à aprovação do Ministério Público, independentemente de sua participação no feito.
- e) As partes não podem dispor sobre prazos processuais, pois estes são estabelecidos de forma inderrogável pelo Código de Processo Civil.

11. Com base nos conceitos fundamentais do Direito Tributário e na jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição para o custeio da iluminação pública possui como fato gerador a prestação de serviço específico e divisível, estando sua cobrança legitimada por meio de taxa, conforme autorizam o Código Tributário Nacional e o entendimento do STF.
- b) O poder de polícia, para fins de cobrança de taxa, caracteriza-se pela atuação da Administração Pública no exercício de atividades de natureza legislativa e fiscalizadora, podendo incidir mesmo sem a necessidade de atuação concreta sobre o contribuinte.
- c) O Código Tributário Nacional admite a delegação da competência tributária, permitindo que pessoas jurídicas de direito privado exerçam a função de legislar e instituir tributos no âmbito da arrecadação pública.
- d) O Código Tributário Nacional estabelece que o critério determinante da natureza jurídica do tributo é o seu fato gerador, regra aplicável apenas aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria.
- e) A base de cálculo da taxa pode ser definida a partir do capital social da empresa, desde que isso não resulte em valor superior ao montante que seria cobrado a título de imposto sobre a mesma base.

12. Com base na repartição constitucional de competências tributárias e nos dispositivos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A competência tributária é irrenunciável, mas, caso o ente titular opte por não exercê-la, outro ente federativo poderá instituir o tributo em seu lugar, por razões de interesse público.
- b) A competência tributária compreende o poder constitucional de criar tributos e instituir normas sobre relações jurídicas tributárias, sendo distinta das funções administrativas de arrecadação e fiscalização.
- c) A criação da contribuição de melhoria é competência privativa dos Municípios, enquanto a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública decorre de competência comum a todos os entes federativos.
- d) A competência residual para instituir novos impostos e contribuições, desde que não-cumulativos e distintos dos já previstos, é atribuída à União e aos Estados mediante lei ordinária.
- e) O sujeito ativo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) será sempre a União, sendo vedada qualquer delegação de capacidade ativa ao Município.

13. Sobre o lançamento tributário, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento é um ato vinculado e discricionário da Administração, que pode deixar de efetuar-lo

quando houver interesse público relevante.

- b) O lançamento por homologação é efetuado diretamente pela autoridade administrativa antes de qualquer atuação do sujeito passivo.
- c) O lançamento é o procedimento que tem por finalidade declarar o crédito tributário como prescrito ou inexigível, promovendo sua extinção.
- d) O lançamento de ofício ocorre quando a lei atribui ao sujeito passivo a responsabilidade de apurar o montante do tributo e efetuar o pagamento diretamente.
- e) O lançamento constitui o crédito tributário e tem por finalidade verificar a ocorrência do fato gerador, calcular o montante devido, identificar o sujeito passivo e aplicar a penalidade cabível, quando for o caso.

14. Com base nos princípios que norteiam o Direito Ambiental brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da precaução exige a comprovação científica de risco efetivo e determinado para autorizar a adoção de medidas restritivas ou preventivas por parte do Poder Público.
- b) O princípio do desenvolvimento sustentável exige o equilíbrio entre proteção ambiental e crescimento econômico, de modo que, na colisão entre esses dois interesses, deve prevalecer a função econômica da propriedade.
- c) O princípio do poluidor-pagador justifica a aplicação de sanções penais ao agente causador de degradação ambiental, dispensando a demonstração de dolo ou culpa.
- d) O princípio da vedação ao retrocesso ambiental impede que normas infraconstitucionais de proteção ambiental sejam revogadas, ainda que por lei superveniente, por se tratar de cláusula pétrea implícita.
- e) O princípio da prevenção impõe ao Estado a adoção de medidas para evitar a ocorrência de danos ambientais identificáveis, ainda que não haja certeza absoluta sobre sua extensão ou exata magnitude.

15. Com base nas normas constitucionais de proteção ao meio ambiente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A condição de patrimônio nacional atribuída a determinados biomas pela Constituição Federal confere natureza de bens públicos à totalidade dos imóveis neles situados, mesmo que particulares.
- b) O Estado deve restringir o estímulo à formação de cooperativas de garimpeiros, em razão do potencial degradador da atividade mineral.
- c) A exigência constitucional de Estudo Prévio de Impacto Ambiental limita-se às atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, sendo vedada a exigência de estudos técnicos em outros casos.
- d) A Constituição Federal admite a adoção de políticas públicas de incentivo econômico diferenciadas, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.
- e) O princípio da função social da propriedade prevalece sobre a proteção ambiental, quando houver conflito entre os dois valores constitucionais.

16. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade civil por dano ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa jurídica de direito público não pode ser responsabilizada por danos ambientais causados por terceiro, mesmo que sua omissão na fiscalização tenha contribuído para o evento danoso.
- b) A existência de placas de advertência e cercamento de propriedade onde foram depositados resíduos tóxicos é suficiente para afastar a responsabilidade objetiva do proprietário por danos causados a terceiros.
- c) A responsabilidade civil por dano ambiental, seja público ou privado, é subjetiva e depende da comprovação de culpa ou dolo do agente.
- d) A responsabilidade civil ambiental é objetiva, fundada na teoria do risco integral, e admite a responsabilização do Estado por omissão fiscalizatória que contribua indiretamente para o dano.
- e) A aquisição lícita de carga perigosa transportada por embarcação que sofre acidente ambiental gera responsabilidade civil das empresas compradoras, independentemente de nexo causal.

17. Acerca da responsabilidade civil pela perda de uma chance, assinale a alternativa correta:

- a) O reconhecimento da responsabilidade civil por perda de uma chance depende da demonstração inequívoca de que o desfecho esperado ocorreria com certeza, sendo inaplicável em casos de incerteza ou aleatoriedade.

- b) A perda de uma chance constitui modalidade de dano moral presumido, sendo desnecessária a prova do prejuízo concreto experimentado pelo ofendido.
- c) O dano decorrente da perda de uma chance não se confunde com o dano final esperado, mas constitui um dano autônomo, vinculado à probabilidade real de êxito frustrada pela conduta do agente.
- d) A jurisprudência do STJ considera a perda de uma chance como hipótese de responsabilidade subjetiva, exigindo, além do dano, prova do dolo ou culpa do agente causador.
- e) A teoria da perda de uma chance aplica-se apenas às relações contratuais, sendo inaplicável em hipóteses de responsabilidade extracontratual.

18. Acerca dos direitos da personalidade, julgue as assertivas abaixo e assinale a única alternativa correta:

- I. A publicação não autorizada da imagem de pessoa, ainda que com finalidade exclusivamente informativa e sem intuito comercial, em local público, impõe automaticamente o dever de indenizar, independentemente de prova de dano.
 - II. A inscrição indevida do nome de consumidor em cadastro de inadimplentes, ainda que sem publicidade vexatória, não gera dano moral, salvo se comprovado o abalo de crédito.
 - III. A proteção a alguns direitos da personalidade, como honra e imagem, pode ser estendida à pessoa jurídica, inclusive para fins de reparação por dano moral.
 - IV. A negativação em cadastro de inadimplentes, regularmente comunicada, somente enseja reparação por dano moral se demonstrada exposição pública do devedor.
- a) Apenas a assertiva I.
 - b) Apenas a assertiva II.
 - c) Apenas a assertiva III.
 - d) Apenas a assertiva IV.
 - e) Nenhuma das assertivas.

19. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao direito das obrigações:

- a) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, os outros devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto. Todavia, a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará renúncia da solidariedade.
- b) Quando a escolha couber ao devedor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa dele, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos.
- c) A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor do adquirente do imóvel hipotecado que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel.
- d) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com prioridade da notificação.
- e) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor, podendo seu valor exceder o da obrigação principal.

20. Assinale a alternativa correta à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O conceito de consumidor é restrito ao destinatário final do produto ou serviço, não se estendendo a terceiros eventualmente atingidos pela relação de consumo.
- b) O comerciante, ao vender produto com defeito que cause dano ao consumidor, responde apenas se tiver culpa pela falha do produto.
- c) A responsabilidade civil pelo fato do produto ou do serviço é objetiva, podendo o fornecedor se eximir do dever de indenizar apenas se provar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- d) Os serviços públicos não estão sujeitos ao regime do Código de Defesa do Consumidor, salvo quando prestados mediante contrato escrito.
- e) A inversão do ônus da prova em favor do consumidor é automática em qualquer relação de consumo, independentemente de requerimento ou apreciação judicial.

PROVA DISCURSIVA

1. O setor encarregado de licitações e contratos de uma entidade da administração pública indireta do Estado do Pará está em processo de planejamento para uma nova licitação e encaminhou o seguinte questionamento à consultoria jurídica da Procuradoria do Estado:

“Estamos organizando os planos de contratações desta autarquia e verificamos que os contratos de limpeza e vigilância estão no último ano de vigência, não podendo ser prorrogados. Portanto, será necessário realizar uma nova licitação para a contratação desses serviços. Além disso, temos enfrentado desafios na elaboração de processos disciplinares e licitatórios, principalmente em razão da escassez de servidores. Para auxiliar na condução desses processos, pretendemos terceirizar, nos termos da Lei nº 14.133/2021, serviços de assessoramento jurídico. A empresa contratada deverá fornecer profissionais com formação em direito, em regime de dedicação exclusiva, para oferecer apoio e assessoramento jurídico aos diversos setores interessados, esclarecendo dúvidas jurídicas, auxiliando na instrução de processos administrativos e na elaboração de minutas de atos normativos infralegais. Em relação a essas futuras contratações, surgiram algumas dúvidas que ora submetemos à consultoria jurídica da Procuradoria do Estado do Pará.”

Diante desse cenário hipotético, responda às questões formuladas, fundamentando todas as respostas.

- a) Existe impedimento legal à terceirização dos serviços de limpeza, vigilância e de assessoramento jurídico? Fundamente a resposta e discorra acerca do conceito de terceirização no serviço público. (10 pontos)
- b) Os serviços de limpeza e vigilância podem ser enquadrados no conceito de serviços contínuos? Caso positivo, qual o prazo legal máximo para vigência desses contratos e quais são os requisitos para prorrogação? (10 pontos)

2. Considerando a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, elas são divididas classicamente em normas de eficácia absoluta ou plena; normas de eficácia contida; e normas de eficácia limitada. Discorra sobre o significado e características de cada uma delas. (20 pontos)